

2018



Caderno Reivindicativo

Trabalhadores dos Espaços Verdes

da

Câmara Municipal de Lisboa

INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Lisboa e os sucessivos Executivos que se têm revezado na sua gestão política têm, a ritmos próprios, criado, alimentado e aprofundado nos últimos anos uma série de problemas que atualmente se observam no sector dos Espaços Verdes. Tratando-se de uma área de intervenção pública determinante que influi na qualidade de vida de todos aqueles que habitam, trabalham ou visitam a cidade, os seus problemas extravasam obviamente os respetivos trabalhadores que a corporizam e materializam efetivamente.

Acresce a realidade concreta destes trabalhadores, integrada no contexto da administração pública, e da administração pública local em particular, objeto e alvo especial da política de austeridade que se procurou institucionalizar no país pelo anterior Governo (PSD/CDS-PP), agora invertida timidamente pelo Governo minoritário do PS. Trabalhadores que foram sujeitos a um conjunto de medidas que degradaram indelutavelmente e inexoravelmente as suas condições de vida. Desde os congelamentos e reduções salariais, às várias revisões da legislação que implicou objetivamente a diminuição ou mesmo perda de direitos, associado a uma acentuada deterioração das suas condições de trabalho por ausência do investimento necessário e adequado, tudo serviu em alguma medida para um retrocesso dificilmente aceitável numa sociedade moderna, mais ainda tratando-se de uma cidade cosmopolita como Lisboa, uma das principais capitais da Europa.

É inegável a institucionalização mais ou menos disfarçada de uma política de baixos salários em Portugal, que também se reflete no contexto da administração pública. Uma constatação perniciosa que demonstra uma maior evidência nos sectores operacionais, onde os efeitos negativos decorrentes de opções por uma política salarial injusta e miserabilista têm conduzido objetivamente ao empobrecimento acelerado de quem trabalha e é parte indispensável na prestação de serviços públicos, que se querem de qualidade e eficientes.

Na cidade de Lisboa, os trabalhadores, têm sido confrontados duplamente. Para além das matérias nocivas decorrentes da legislação aprovada na Assembleia da República, algumas entretanto já revogadas ou reconfiguradas na actual legislatura, foram também sujeitos às consequências das decisões assumidas pelos sucessivos Executivos Municipais que, não só ignoraram os seus interesses e direitos, como os prejudicaram insofismavelmente, degradando também, pela relação umbilical que une uma e outra realidade, a qualidade do serviço público municipal que integram e prestam perante a cidade e a sua população.

Os jardins e os espaços verdes de uma cidade têm uma importância determinante. Devem por esse motivo, ter uma manutenção constante e executada por trabalhadores especializados, procurando não colocar em causa as espécies vegetais existentes, só possível através de uma correta conservação devidamente programada no tempo. Opções e estratégias que, a serem assumidas, tornam estes espaços aprazíveis na sua utilização face à realidade para a qual foram criados. Referimo-nos, por exemplo, aos espaços verdes de enquadramento ou alinhamento, de embelezamento de praças ou jardins. Todos, porém, revelam algo em comum, isto é, são pontos de passagem e de usufruto para os munícipes da cidade, mas também de todos os que trabalham e visitam Lisboa.

Ironicamente, os espaços verdes têm sido cada vez mais uma ‘espécie de bandeira’ por parte dos vários executivos camarários. Têm-se assim constatado, recorrentemente, a criação ou renovação de novos e velhos espaços. Todavia, no contexto destas opções, larga e publicamente difundidas, não corresponde posteriormente o investimento necessário que perpetue coerente e dignamente a intenção política tantas vezes apregoada. Evidente a carência de investimento, quer ao nível das instalações, de máquinas e ferramentas necessárias à respetiva manutenção, ou a diminuição preocupante do número de trabalhadores. Atualmente existem perto de cem (100) jardineiros, tendo o último concurso de admissão (em 2008 para 100 vagas e com 30 candidatos em condições de admissão), sido anulado pelo Presidente António Costa. Para 2018, supostamente, será aberto um novo concurso, perspetivando apenas oito (8) vagas, número claramente insuficiente.

Num plano complementar, os espaços verdes recentemente criados ou renovados, são mantidos geralmente através de empreitadas privadas, desconhecendo-se, na prática, o custo/benefício destas opções que muitas dúvidas têm suscitado junto dos trabalhadores-jardineiros da autarquia no contexto da sua eficácia, eficiência e economia. Quando as empreitadas não satisfazem o que supostamente deveriam executar face ao Caderno de Encargos contratualizado com a CML, são os trabalhadores-jardineiros da Câmara que vão colmatar os prejuízos desses incumprimentos, concretamente através da limpeza dos espaços, na poda de arbustos e árvores, entre outros trabalhos. Concluídas as várias operações e entrando numa espécie de ciclo pernicioso, a CML opta novamente pela concessão a empresas privadas, sabendo de antemão os resultados negativos que caminhos análogos produziram.

Por outro lado, contribuindo para a atual narrativa, a entrega em 2014 de áreas consideradas ‘não estruturantes’ às Juntas de Freguesia, fez aumentar consideravelmente a prática da política de concessão, agravando, porque em muitos casos deixados ao abandono, inúmeros espaços verdes da cidade.

São as consequências destas opções e decisões que justificam este *Caderno Reivindicativo*, discutido e aprovado nas reuniões, contactos e plenários realizados pelo STML com os respetivos trabalhadores-jardineiros da Câmara Municipal.

O QUE URGE RESOLVER?

1. Reivindicações dos trabalhadores

- a. É um facto que existe uma necessidade urgente de trabalhadores para os Espaços Verdes. Deve ser iniciada uma oferta pública de emprego coerente com as carências identificadas. Relembra-se que neste momento ainda existe uma capacidade de formar trabalhadores em contexto de local de trabalho, possibilitando a sua posterior integração num CTFP por tempo indeterminado.
- b. Adequar os meios mecânicos e os locais de trabalho, ao indispensável reforço de pessoal referido na alínea anterior.
- c. Necessidade urgente de reactivação da Escola de Jardinagem, enquanto principal campo de formação e qualificação de trabalhadores-jardineiros para o desempenho das respetivas funções pela e na autarquia.
- d. Promoção de formação profissional que responda às exigências do serviço público a desenvolver nas suas várias vertentes.
- e. Atualização do Subsídio de Risco, Insalubridade e Penosidade (RIP).
- f. Desenvolvimento e aprofundamento dos trabalhos implícitos ao funcionamento do *Grupo de Trabalho* constituído entre a CML e o STML objetivando a identificação das profissões de desgaste rápido.
- g. Investimento urgente a nível de fardamento considerando que a última entrega foi em Fevereiro de 2015 (de apenas polos, chapéu e blusão, além de que as calças não existiam em quantidades suficientes para todos os trabalhadores, faltando ainda as camisolas de inverno, o cinto e o fato-de-água).
- h. Equipamentos de Proteção Individual (EPI):
 - ✓ Faltam botas de proteção; luvas (para todas as funções), garantindo a sua substituição atempada;
 - ✓ Não existem calças de proteção para a motorrossadora nem para os motosserristas;
 - ✓ É urgente a substituição atempada de óculos auriculares, tampões e luvas.

- i. Essencial respeitar a Lei no que concerne à saúde e integridade física dos trabalhadores no campo do acesso, acompanhamento, tratamento e reintegração pela Medicina do Trabalho (DSHS).
- j. Valorização da medicina preventiva, também da responsabilidade da Medicina do Trabalho (DSHS), através da materialização regular dos habituais e correspondentes procedimentos (realização de exames, análises, etc.) em todas as dimensões equacionadas.
- k. Sobre as progressões na carreira e depois de apuradas as necessidades e analisadas as respetivas situações, verifica-se que existem trabalhadores a executar funções de chefia, não estando porém na categoria devida. Esta situação pode e deve ser regularizada pela mobilidade intercategorias.

2. Intervenções necessárias nos locais de trabalho

- a. **Parque Eduardo VII:** reparação das infiltrações. Remoção do fibrocimento da cobertura. Pintura interior e exterior. Repavimentação das áreas exteriores e reconversão das murtureiras. Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.
- b. **Estufa-fria:** intervenção de fundo em todo o edificado de apoio aos trabalhadores. Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.
- c. **Jardim da Estrela:** pintura e reparação das fendas no interior e exterior das instalações. Repavimentação das áreas exteriores. Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.
- d. **Jardim do Campo Grande:** necessidade de se realizar alterações ao nível dos arrumos que não possuem teto que separe da zona do refeitório. Resolver o problema de desnivelamento do chão das instalações sanitárias dos deficientes que ficam cheias de água no inverno. Mobiliário do refeitório não é o mais adequado. Ventilação dos vestiários com alguns problemas. Instalação de secadores de roupa. Avaliar a possibilidade de se instalar um relógio. Inexistência de plano de emergência.
- e. **Quinta Contador Mor:** pintura interior e exterior. Resoluções dos problemas com a instalação eléctrica (não existem interruptores). Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.
- f. **Av. Da Índia:** pintura interior e exterior. Instalação de persianas nas janelas. Resolução dos problemas recorrentes com as pragas (ratos, baratas e pulgas). Problemas

generalizados com o abastecimento de água (torneiras). Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.

- g. Quinta da Pimenteira:** todo o edificado está interditado por risco de ruína. Intervenção nas estufas. Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.
- h. Av. De Ceuta:** estão aqui instalados trabalhadores que constituíram uma nova brigada de arvoredo, tendo sido os próprios que efectuaram a limpeza das instalações e as pintaram. Existem problemas com os esgotos, desníveis perigosos dentro das instalações, o piso não é anti derrapante, quantidade insuficiente de chuveiros no balneário dos homens não existe climatização. Balneário feminino sem extracção de ar e climatização. Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.
- i. Quinta Conde' Arcos:** as obras nas instalações dos trabalhadores dos viveiros estão concluídas. O novo sistema de balneários apresenta porém um problema de escoamento de águas que tem que ser melhorado. Substituição dos armários que se encontram em muito mau-estado. Necessidade de se avaliar os espaços onde foram instaladas as oficinas que não estão adaptados para esse fim. Armazenamento incorreto de combustíveis. Pouca ventilação na área administrativa. Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.
- j. Quinta Vila Correia:** necessita de obras em todo o edificado, assim como a sua requalificação e adaptação aos serviços que neste momento lá se encontram (grande parte do espaço está fechado). Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.
- k. Quinta de São Cristóvão:** todo o edificado necessita de obras de raiz. Grandes problemas ao nível dos esgotos e abastecimento de água. Necessidade de repavimentação dos arruamentos. No que diz respeito às estufas, há necessidade de se efectuar intervenções ao nível dos telhados em todas. O mesmo sucede nos sistemas de arejamento. Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.
- l. Quinta da Fonte:** todo o edificado onde estão instalados os jardineiros que fazem a manutenção dos espaços fora da quinta, necessita de intervenção de requalificação. Os espaços encontram-se bastante degradados. Instalação de secadores de roupa.
- m. Oficinas do Parque de Máquinas:** reparação das infiltrações de água no telhado. Substituição do teto falso nos vestiários por cima das oficinas. Alteração da localização

da bilha do gás. Instalação de secadores de roupa. Inexistência de plano de emergência.

3. Ferramentas, meios mecânicos e condições de trabalho

- a. **Ferramentas:** de uma maneira geral há falta e deve-se ter em atenção a qualidade do material que se vai adquirir.
- b. **Meios mecânicos:** há necessidade de se fazer a substituição de algumas máquinas, principalmente sopradores, motorrossadoras, corta-sebes e motosserras. Ao nível das máquinas de cortar relva têm que se fazer investimento em máquinas de grande capacidade de corte e robustas. Possibilidade de se adquirirem viaturas eléctricas para jardins como é o caso do Jardim da Estrela.
- c. **Viaturas:** necessidade de viaturas carrinhas com e sem báscula, para o transporte de pessoas em quantidade suficiente para o número de trabalhadores existentes. No caso das oficinas de apoio existe a necessidade de carrinhas com o taipal elevatório devido à especificidade das intervenções efetuadas.
- d. **Materiais em termos latos:** salvaguardar a existência de todos os materiais necessários ao desempenho das inúmeras actividades que se produzem nos espaços verdes (peças para a reparação das máquinas, dos sistemas de rega e abastecimento de água, reparação de bancos, lagos, parques infantis).

Pelo exposto, os trabalhadores dos Espaços Verdes exigem respostas e soluções aos problemas identificados e agora sistematizados neste *Caderno Reivindicativo*. Respostas que devem ser encaradas como garantia indispensável à defesa dos seus direitos e interesses, à salvaguarda das suas condições de trabalho a nível de saúde e segurança no trabalho, mas também à promoção e execução de um serviço público de qualidade, objectivos que seguramente serão partilhados pelo Executivo da Câmara Municipal de Lisboa. É neste contexto e com estes propósitos que aguardamos soluções, responsáveis, atentas e exequíveis às várias matérias aqui expostas, disponibilizando-se o STML, como sempre foi prática deste Sindicato, para as reuniões de trabalho que sejam consideradas oportunas nesse sentido.

A Direcção do STML

Janeiro de 2018